

PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES: CARACTERÍSTICAS E RECONFIGURAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO BRASILEIRAS

PROVISIONS AND CONTINGENT LIABILITIES: CHARACTERISTICS AND RECONFIGURATION OF THE FINANCIAL STATEMENTS OF PUBLICLY TRADED BRAZILIAN COMPANIES

O artigo foi aprovado e apresentado, virtualmente, no 10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade, realizado de 07/09 a 09/09 de 2020, Florianópolis (SC).

RESUMO

A normatização das provisões e dos passivos contingentes é essencial para inibir a assimetria das informações e buscar sua fidedignidade. As provisões e passivos contingentes têm sido foco de notícias no mercado e têm a atenção de pesquisadores que buscam compreender como os gestores tomam decisões sobre esses processos que justificam suas classificações. O presente artigo tem como objetivo analisar as características das provisões e dos passivos contingentes e o reflexo da reconfiguração das contingências nas companhias abertas brasileiras listadas na Brasil, Bolsa e Balcão (B3). Para a consecução do objetivo, realizou-se uma análise abrangente que contemplou as características, as mudanças da chance de perda dos processos e a reconfiguração das classificações. Por meio da análise dos formulários de referências de 2010 a 2019, foram encontrados 7.233 processos. Os processos cíveis e tributários possuem quantidade superior às demais classificações. Foram verificadas 1.118 mudanças na chance de perda, a maior quantidade de alteração da chance de perda foi para a classificação possível, totalizando 402 alterações, e a maior quantidade de alterações nas chances de perda de uma classificação para outra é realizada de possível para remota, totalizando 234 alterações. Com a reclassificação dos passivos contingentes para provisões, muitas das empresas analisadas passariam a ter prejuízo. Concluiu-se, a partir de testes de diferença de média que, a reclassificação das contingências causaria grande impacto no resultado das empresas, o que indica que as empresas devem evidenciar com cautela os riscos a que estão sujeitas.

Palavras-chave: provisões e passivos contingentes; reconfiguração; companhias abertas brasileiras.

ABSTRACT

The standardization of provisions and contingent liabilities is essential to inhibit information asymmetry and seek its reliability. Provisions and contingent liabilities have been the focus of news in the market and have the attention of researchers who seek to understand how managers make decisions about these processes that justify their classifications. This article aims to analyze the characteristics of provisions and contingent liabilities and the reflex of the reconfiguration of contingencies in Brazilian public companies listed in Brazil, Over-The-Counter (B3). In order to achieve the objective, a comprehensive analysis was carried out that contemplated the characteristics, the changes in the chance of losing the processes and the reconfiguration of the classifications. Through the analysis of the reference forms from 2010 to 2019, 8,302 processes were found. Civil and tax lawsuits have a higher number than the other classifications. There were 1,145 changes in the chance of loss, the largest amount of change in the chance of loss was for the possible classification, totaling 402 changes, and the largest amount of change in the chance of loss from one classification to another is carried out from possible to remote, totaling 233 changes. With the reclassification of contingent liabilities to provisions, many of the companies analyzed would suffer losses. It was concluded, based on the difference in means test, that the reclassification of contingencies would have a major impact on the results of companies, which indicates that companies must carefully demonstrate the risks to which they are subject.

Keywords: provisions and contingent liabilities; reconfiguration; Brazilian publicly companies.

Barbara Carvalho Borges

Mestranda em Contabilidade na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: barbaraborges9@hotmail.com ORCID ID: 0000-0001-7285-6519. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3404343718343322>

Suliani Rover

Professora do Departamento de Ciências Contábeis e do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutora em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: sulianirover@gmail.com ORCID ID: 0000-0001-8612-2938. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6285577163747055>

1 INTRODUÇÃO

Com o objetivo principal de aumentar a transparência, e a comparabilidade das informações geradas aos usuários nos relatórios financeiros das companhias, a contabilidade brasileira passou por um processo de convergência às normas internacionais (Poeta, 2012). Esse processo teve início com a sanção da Lei n. 11.638 (2007), por meio da qual a contabilidade brasileira aderiu às normas internacionais de contabilidade (Freire *et al.*, 2012). Por meio da nova regulamentação, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) passou a ser o principal produtor de normas contábeis no Brasil, cuja função é promover a convergência das normas internas às normas internacionais referentes ao *International Financial Reporting Standard* (IFRS) (Freire *et al.*, 2012).

Nesse contexto, o CPC emitiu o Pronunciamento Técnico n. 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual se correlaciona com a norma internacional *International Accounting Standards* (IAS) 37. De acordo com o CPC 25 (2009), provisões e passivos contingentes são passivos de prazo de exigibilidade ou montante incertos. Os passivos contingentes se diferem das provisões por não serem prováveis ou não possuírem confiabilidade na sua mensuração. No Brasil essas informações podem ser encontradas de forma sucinta nas notas explicativas das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP), e de forma mais abrangente nos Formulários de Referências (FR).

A normatização das provisões e dos passivos contingentes é essencial para inibir a assimetria das informações e buscar representação fidedigna do patrimônio da entidade. Com a adoção das novas normas, houve um crescimento significativo na subjetividade, e conseqüentemente, na necessidade de julgamento atribuído aos profissionais da contabilidade (Poeta, 2012). Os contadores e auditores lidam com uma série de incertezas no uso do julgamento, isso aumenta a dificuldade de interpretar e aplicar a norma, o que pode levar a erros na classificação das chances de perda (Du *et al.* 2020; Suer, 2014). Ainda, a discricionariedade das normas torna as provisões e contingências vulneráveis à manipulação; com isso, existe a possibilidade de ocorrer o gerenciamento de resultados (Ferreira & Rover, 2019; Suer, 2014).

Os riscos a que as companhias estão submetidas devem ser divulgados de forma transparente, tempestiva e relevante, motivados pelo uso de julgamento correto e justo, sem intenções de manipular resultados ou de apenas cumprir meros requisitos da lei, sem que dispensem atenção ao conteúdo disponibilizado. Além disso, o comprometimento das empresas com seus *stakeholders* deve evidenciar seu compromisso com o meio econômico e social.

De modo geral, as pesquisas mostram um maior *disclosure* sobre os itens de provisões e passivos contingentes, desde 2009, com a obrigatoriedade da aplicação do CPC 25. Notou-se que as empresas estão se adequando gradualmente às prescrições da norma contábil referente às provisões e passivos contingentes (Rosa, 2014; Suave *et al.*, 2013; Tsakumis, 2007).

A título de exemplo, Bouças (2020), em notícia publicada no Valor Econômico, disse que os auditores indicaram que o balanço da Grendene estava R\$ 444,4 milhões menor do que deveria e o passivo, R\$ 17,8 milhões abaixo. Com isso, o patrimônio líquido e o resultado do exercício estão com R\$ 325 milhões a menos. Por conta disso, os auditores citaram o CPC 25, que estabelece que, se for consideravelmente certo que a empresa irá ganhar ou perder benefícios, esse ganho ou perda deve ser reconhecido nas demonstrações contábeis.

Nukka e Noorväli (2020) apontam que a Mainville Corporation, uma mineradora globalmente conhecida, obteve falha em reconhecer as provisões, o que resultou em falência. No ano de 1982 os funcionários iniciaram 50 mil processos judiciais devido à deterioração da saúde e falta de roupas e equipamentos de proteção. Um ano antes, em 1981, as demonstrações financeiras apresentaram a companhia como lucrativa e solvente. Logo, informações relevantes que afetaram o lucro não foram consideradas.

Em estudo sobre o tema, Torres e Carranço (2017) apontam fragilidade nas decisões de mudança na chance de perda dos processos que ocasiona a reversão de provisões. Rostás (2017) mencionou o mesmo sobre a Gerdau, reforçando que tal atitude fez com que o prejuízo da companhia se tornasse lucro. Ademais, apontam-se acidentes ambientais como foco de preocupação no que tange às provisões e passivos contingentes, como por exemplo, os ocorridos com a Vale em Mariana (MG) em 2015 e Brumadinho (MG) em 2019.

Ferreira *et al.* (2017) pretenderam identificar, por meio de análise de conteúdo, se as companhias explicariam de forma descritiva o motivo da mudança nas probabilidades de perdas de processos judiciais. Os resultados indicaram que 55% das empresas não justificam os motivos da mudança de probabilidade e, entre as que relatam, referem-se a processos tributários e cíveis.

Para entender como as provisões e passivos contingentes são configurados nas companhias de capital aberto do Brasil, o objetivo geral desta pesquisa é analisar as características das provisões e dos passivos contingentes, bem como o reflexo da reconfiguração das contingências nas referidas entidades. Para atingir o objetivo geral da pesquisa, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos: verificar as características das provisões e dos passivos contingentes divulgados pelas companhias brasileiras listadas na B3; verificar as mudanças na chance de perda dos processos das companhias ao longo do tempo; e verificar o impacto da reconfiguração dos passivos contingentes no resultado e no patrimônio das companhias.

Essa pesquisa justifica-se pela importância da divulgação de provisões e passivos contingentes, qualquer atitude errônea pode alterar os resultados e patrimônio da empresa e, conseqüentemente, levar a resultados que não expressam sua realidade econômica. Essas ações alteram informações fornecidas aos investidores para avaliação da empresa e afetam a transparência e credibilidade da entidade. Os riscos a que as entidades estão submetidas devem ser expostos através do uso do julgamento imparcial e de acordo com os critérios contábeis.

A pesquisa traz uma análise abrangente que contempla as características, alterações nas chances de perda e impactos com o reconhecimento de processos judiciais de empresas brasileiras. Essa análise é realizada no período de dez anos, o que traz consideráveis informações sobre a natureza dessas perdas incertas, que podem alterar o resultado e patrimônio das entidades, e, conseqüentemente, a valoração das companhias e a percepção dos usuários externos.

Diante destes aspectos, entendem-se como necessárias pesquisas que analisem as características dos passivos contingentes, as mudanças ocorridas nas classificações de chance de perda e sua influência no resultado e no patrimônio das companhias, com vistas a avaliar o amadurecimento da interpretação e utilização das normas pelas organizações.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O principal objetivo da contabilidade e de seus relatórios é fornecer informações relevantes e tempestivas, que mostrem a situação financeira e o desempenho econômico da companhia. A transparência das informações contábeis para investidores e demais usuários é tão importante quanto as representações quantitativas que são divulgadas (Losekann *et al.*, 2016).

A fim de explicar as decisões de divulgação, o estudo fundamentasse na teoria da sinalização e na teoria do *disclosure*. A teoria da sinalização afirma que por meio da evidenciação, o mercado identifica a qualidade da companhia, ou seja, a evidenciação aumenta sua credibilidade (Abdo *et al.*, 2018). A teoria da *disclosure* de Verrecchia (2011) indica que quanto maior a divulgação, menor a assimetria de informação, e, as informações não divulgadas se tornam informações desfavoráveis para a companhia.

Nesse contexto, nas atividades das entidades existem situações nas quais há incertezas a respeito de ocorrerem possíveis perdas ou ganhos, que poderão resultar na saída ou entrada de caixa. Essas incertezas estão relacionadas às provisões e contingências (Poeta, 2012). Suas dificuldades são a atribuição de valor e dúvidas existentes sobre o fato gerador, de modo que eventual erro na classificação das contingências pode alterar o patrimônio da entidade e distorcer a percepção de investidores e outros usuários sobre a situação econômica da empresa (Rosa, 2014).

Com isso, percebe-se a importância da evidenciação adequada de passivos contingentes, levando em consideração os possíveis riscos e o impacto negativo que pode ocorrer na situação financeira da companhia. O estudo de Poeta (2012) buscou verificar como ocorrem as interpretações dos termos de probabilidade do CPC 25; a partir dos resultados, foi evidenciado que o uso de julgamento profissional pode não levar a uma solução absolutamente correta, tendo variações sempre que julgado por diferentes indivíduos. Diante disso, é notável que os órgãos normatizadores, profissionais e investidores devem levar em conta, ao analisar contingências, que essas desconformidades podem gerar impactos nas demonstrações contábeis, com aumento ou diminuição do resultado, bem como da sua situação patrimonial.

As provisões são encontradas no balanço e se referem a obrigações presentes, que surgem quando há provável certeza da ocorrência do fato, e seu valor deve ser obtido com razoável grau de confiabilidade (CPC-25, 2009). Já os passivos contingentes não devem ser reconhecidos pela entidade (CPC-25, 2009), são chamados de operação fora do balanço ou *off-balance sheet*, tratam-se de obrigações presentes que devem ser divulgados nas notas explicativas e monitorados, pois poderão ser reconhecidos futuramente como uma provisão (Ferreira & Rover, 2019; Jesus & Souza, 2016).

O CPC 25 (2009) baseia-se em três probabilidades de ocorrência das contingências: provável, possível e remota. A contingência é considerada provável quando a chance de ocorrer é maior do que a de não ocorrer, classificada como possível quando o evento tiver baixa probabilidade de ocorrer e classificada remota quando há mínimas chances de que o passivo seja confirmado. A respeito da evidenciação das provisões e passivos contingentes, quando a possibilidade for provável, a operação deve gerar uma provisão, ser reconhecida no balanço patrimonial e divulgada nas notas explicativas. Se a probabilidade for possível, a entidade divulga a natureza e os valores envolvidos na operação apenas nas notas explicativas. Para a probabilidade remota não é necessário reconhecimento ou divulgação por parte da empresa.

Ferreira e Rover (2019) buscaram identificar os motivos que influenciam a mudança da probabilidade de perda de provisões e passivos contingentes de empresas brasileiras. As autoras argumentam que a mudança na classificação de perda pode influenciar em tomada de decisões.

O objetivo proposto nesta pesquisa, de reconfigurar os passivos contingentes para analisar o impacto que seria causado com a reclassificação, foi abordado em estudos anteriores por Carmo *et al.* (2018), Jesus e Souza (2016), Losekann *et al.* (2016) e Rosa (2014). Rosa (2014) buscou identificar o panorama das contingências passivas e mensurar os efeitos da reconfiguração das contingências na situação econômica das empresas, tendo sido originadas evidências de que os efeitos dos passivos contingentes no resultado e no patrimônio líquidos das empresas são significativos. Os resultados de Jesus e Souza (2016) mostraram que, com o reconhecimento das contingências passivas, 60% das empresas diminuíram seu lucro em mais de 100% e 6% apresentaram a situação de passivo a descoberto.

Losekann *et al.* (2018) ao reclassificar os valores de passivos contingentes, concluíram que houve representatividade das reclassificações e evidenciou-se que as empresas apresentam prejuízos observados na comparação em percentual com o patrimônio líquido e com o lucro pelo incremento de passivos contingentes em cada cenário. Os testes de Carmo *et al.*, (2018) apontaram um efeito de tamanho grande e significativo, principalmente, nos piores cenários de reclassificação.

Por meio do levantamento de pesquisas, pode-se perceber que provisões e passivos contingentes são alvos de discussões e pesquisas acadêmicas, devido à importância da divulgação adequada de informações e por evidenciar os riscos e a subjetividade no tratamento de tais obrigações que as empresas podem estar expostas.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa classifica-se como descritiva, uma vez que descreve as características das provisões e passivos contingentes das companhias listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3). Segundo Gil (1991) as “pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno” (p. 25). Para Richardson (2008) os “estudos de natureza descritiva propõem-se investigar o “que é”, ou seja, a descobrir as características de um fenômeno como tal” (p. 71).

A respeito da abordagem do problema, é classificada como quantitativa, no qual a pesquisa realiza o tratamento de dados com técnicas estatísticas, a fim de obter resultados precisos (Richardson, 2008). Quanto à coleta de dados, a pesquisa é documental, porque suas fontes são formulários de referências. Gil (1991) conceitua a pesquisa documental: “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (p. 51).

A coleta foi realizada pela internet, no sítio eletrônico da B3. Foram selecionadas como população do estudo as empresas não financeiras listadas na Brasil, Bolsa e Balcão (B3), com o intuito de verificar os seus processos relevantes divulgados no Formulário de Referência, oriundos no período de 2010 a 2019. Esse período foi escolhido pois 2010 foi o ano em que as empresas começaram a divulgar o Formulário de Referência na B3 e 2019 foi o último ano que existiam informações disponíveis para serem coletadas.

Tabela 1 - Empresas analisadas por setor

Setores analisados	Número de empresas
Petróleo, gás e biocombustíveis	10
Consumo não cíclico	25
Utilidade pública	65
Amostra final	100

Fonte: dados da pesquisa

Para identificar os processos considerados relevantes pelas empresas, assim como as suas características, foi consultado o item do Formulário de Referência: 4.3 – Processos judiciais administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes. Nesse item do Formulário de Referência, as empresas divulgam os processos judiciais que consideram relevantes, além de informações sobre esses processos.

Para o cumprimento do primeiro objetivo específico, foram coletadas as seguintes informações sobre os processos: tipo do processo; número do processo; chance de perda; e ano de início. Vale ressaltar que em alguns casos, as empresas divulgam no Formulário de Referência as informações desse processo de forma geral. Destarte, os processos que não possuem informação sobre sua chance de perda, não foram considerados como uma informação válida para essa pesquisa.

Para alcançar o segundo objetivo específico da pesquisa, foram identificados os processos que mudaram de chance de perda, além de identificar as características desses processos.

O último objetivo específico utilizou o mesmo procedimento realizado por Rosa (2014). Esta abordagem parte da elaboração de 5 cenários criados para reclassificar as contingências (provisões possíveis e remotas) a partir da mudança das probabilidades de ocorrência. Conforme esse procedimento, foram simulados os 5 cenários aplicando-se o percentual de cada um (Tabela 2) sobre o valor total das contingências, sendo o montante resultante convertido no reconhecimento de provisões prováveis, como se fossem reconhecidas nas Demonstrações Contábeis.

Diante disso, todos os passivos contingentes (possíveis e remotos) das empresas classificados para provisões para identificar o impacto da reconfiguração das contingências nos resultados e nos patrimônios líquidos das empresas.

Para reclassificar as contingências remotas e possíveis foram utilizados 5 cenários: otimista, parcialmente otimista, moderado, parcialmente pessimista e pessimista, com base em Rosa (2014).

Tabela 2 - Reclassificação a partir de cada cenário

Cenários	Percentuais
Cenário otimista	20%
Cenário parcialmente otimista	40%
Cenário moderado	60%
Cenário parcialmente pessimista	80%
Cenário pessimista	100%

Fonte: dados da pesquisa

Em cada cenário aplicou-se um percentual sobre o valor das contingências e com base nesse percentual foram reclassificadas para prováveis, por exemplo, em um cenário otimista 20% das contingências remotas e possíveis foram reclassificadas para prováveis.

Para atingir o terceiro objetivo específico, foi coletado os valores do patrimônio líquido e lucro líquido das empresas no período por meio do *software* Economática. Os valores das contingências remotas e possíveis das empresas, obtidos com base nos cinco cenários (Tabela 2), foram diminuídos dos resultados do patrimônio líquido e lucro líquido de cada ano de acordo com cada cenário.

Para verificar se o impacto causado com a reclassificação foi significativo, foi realizado um teste de hipótese de diferença de médias, no qual são avaliadas as diferenças das médias antes da reclassificação e após a reclassificação. O teste *T de Student* parte da elaboração de hipóteses, que devem ser aceitas ou rejeitadas. Foi considerado um nível de significância de 5%.

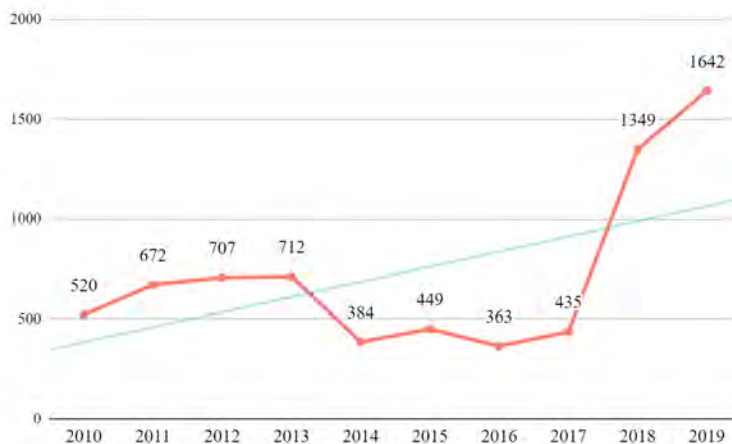
Ao testar as hipóteses, se a média antes da reclassificação se apresentar estatisticamente igual à média depois da reclassificação, não se rejeita a Hipótese 0, o que indica que o reconhecimento das contingências não produz alterações significativas para as companhias. Se a média antes da reclassificação se apresentar estatisticamente maior que a média depois da reclassificação, se rejeita a Hipótese 0 e não se rejeita a Hipótese 1, o que indica que o reconhecimento das contingências produz alterações representativas para as companhias.

Assim contingências foram reclassificadas para provisões, e o resultado foi testado estatisticamente, a fim de analisar os impactos causados no resultado e no patrimônio líquido das empresas.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Em entendimento ao primeiro objetivo específico, foram identificadas as características das provisões e passivos contingentes das empresas. Por meio da coleta de dados nos formulários de referência, foram analisados 7.233 processos únicos. Os processos analisados foram encontrados nos formulários de referência de forma repetida ano a ano. Para registro, foi utilizado o último ano que o processo esteve nos formulários, ou seja, um processo que existiu de 2010 a 2019, o ano de 2019 apresenta as informações atualizadas do processo, então esse foi o ano considerado.

Figura 1 - Quantidade de processos por ano



Fonte: dados da pesquisa

É possível verificar que 2019 foi o ano com maior número de processos, isso porque muitos processos que foram inicialmente apresentados nos formulários de referência nos anos anteriores, se apresentaram atualizados no ano de 2019. A quantidade de processos no ano de 2018 é alta, isso porque alguns processos não foram atualizados em 2019.

Tabela 3 - Quantidade de processos por setor e seu valor envolvido

Setor	Empresas	Valor envolvido	Processos
Consumo não cíclico	25	R\$ 91.820.328.944	1.124
Petróleo, gás e biocombustíveis	10	R\$ 380.437.323.501	1.381
Utilidade pública	65	R\$ 310.305.098.015	4.728

Fonte: dados da pesquisa

O setor com mais processos é o setor de utilidade pública que possui 65 das 100 empresas analisadas, totalizando 4.728 processos. O setor de consumo não cíclico possui mais da metade de empresas analisadas do que o setor de petróleo, gás e biocombustíveis, sendo que ambos possuem número de processos semelhantes. O setor com maior valor envolvido é o de petróleo, gás e biocombustíveis que possui uma soma de R\$408,7 bilhões, mesmo apresentando apenas 10% das empresas analisadas.

Na Tabela 4 é indicada a quantidade de processos e a soma do valor envolvido por tipo, sendo a média calculada a partir dos processos com valores informados.

Tabela 4 - Quantidade de processos e valor envolvido por tipo

Tipo	Valor envolvido	Média	Quantidade	Não informado	Total
Ambiental	R\$ 57.958.583.100	R\$ 292.720.117	198	119	317
Cível	R\$ 192.389.359.591	R\$ 108.633.179	1.771	561	2.332
Outros	R\$ 76.256.687.916	R\$ 121.621.512	627	73	700
Trabalhista	R\$ 45.694.535.339	R\$ 32.384.504	1.411	203	1.614
Tributário	R\$ 410.263.584.513	R\$ 200.128.578	2.050	220	2.270
Total	R\$ 782.562.750.460	R\$ 129.199.728	6.057	1.176	7.233

Fonte: dados da pesquisa

Nota-se, a partir da Tabela 4, que a quantidade dos processos cíveis e tributários são superiores às demais classificações, representando 32% e 31,5% respectivamente. O estudo de Carmo *et al.* (2016) também apontou um empate na quantidade de processos cíveis e tributários. Por outro lado, Ferreira *et al.* (2017) e Rosa (2014) encontraram destaque (44,63% e 57%) para os processos tributários.

Os processos tributários e cíveis possuem quantidade semelhante, porém, o total do valor envolvido e a média do valor envolvido dos processos tributários é cerca de duas vezes maior do que dos processos cíveis. Todavia, os processos cíveis apresentaram o dobro de quantidade com valor envolvido não informado. Segundo Baldoino e Borba (2016), a grande quantidade de processos tributários pode ser consequência de um sistema fiscal complexo, onde não existe facilidade na solução de conflitos e que não incentiva uma boa conduta social referente às leis e regulamentos.

Os processos de natureza ambiental possuem menor quantidade, com 317 processos, representando apenas 4% do total. Ferreira *et al.* (2017) também constataram menor incidência (1,65%) em processos ambientais. Das contingências ambientais possíveis e prováveis, 39% não possuem seu valor envolvido informado, enquanto que 16% do restante (cível, trabalhista, tributário e outros) não possui. Menor evidência de processos ambientais foi apontada nos estudos de Farias (2004), Suave *et al.* (2013), Rosa (2014) e Jesus e Souza (2016). Suave *et al.* (2013) ressaltam que, como existe a falta de divulgação de contingências ambientais mesmo sendo obrigatórias, as companhias podem também deixar de divulgar outros aspectos de contingências.

Apenas 34 companhias divulgaram provisões e contingências ambientais. Do valor envolvido em processos ambientais, 84,6% é do setor de petróleo, gás e biocombustíveis, e 15,2% é do setor de utilidade pública. Esse resultado pode ser justificado por esses setores apresentarem alto risco em suas atividades, consequentemente, causando maiores impactos ao meio ambiente. Com isso, espera-se que haja um alto nível de divulgação de provisões e contingências ambientais, visto que os custos dos danos causados devem ser evidenciados de forma transparente e detalhada. A teoria do *disclosure* prevê que companhias que possuem um bom desempenho ambiental evidenciam os impactos causados e estão dispostas a divulgar suas atividades ambientais (Burgwal & Vieira, 2014).

Borba *et al.* (2013) e Rosa (2014) encontraram maior representatividade na classificação remota nos processos ambientais (91% e 90%, respectivamente); esses resultados não corroboram com esse estudo, pois foi evidenciado que 60% dos processos ambientais estão com a chance de perda classificada como possível e 27% como remota. O fato de as empresas divulgarem contingências ambientais remotas é positivo, pois se tratam de divulgações voluntárias, visto que não existe obrigatoriedade da divulgação.

As empresas estão envolvidas em processos judiciais que somam R\$782,6 bilhões e as provisões que já foram reconhecidas nos demonstrativos das empresas representam apenas 4% desse valor (R\$31,7 bilhões). Rosa (2014) apontou que as provisões representavam 12% do valor total, deste modo podemos notar que na presente pesquisa se apresentou apenas um terço desta proporção. Da amostra, 81% das empresas possuem provisões e as que se destacam são as trabalhistas (43%). Farias (2004) afirma que é difícil não haver provisões em um ano, e muito menos em um período maior, pois uma grande empresa possui muitos funcionários com diversas transações que requerem essas apropriações. Isso indica a forma como os termos de expressões são interpretados pelos auditores e contadores, sendo notada a preferência no reconhecimento de passivos contingentes. O reconhecimento de provisões reduz o lucro, aumenta o passivo e muda a estrutura de capital da companhia. Por mais que possa parecer mais vantajoso para a mesma não reconhecer essas perdas, da perspectiva das teorias da sinalização e do *disclosure*, o não reconhecimento dessas obrigações tende a reverter a situação de forma negativa para a companhia.

Das empresas, 94% possuem contingências possíveis, e elas representam 58% (R\$454,8 bilhões) do valor total. A respeito das contingências remotas, representam 30% (R\$232,8 bilhões) do valor total. Tal resultado corrobora com Rosa (2014), onde foi evidenciado que as contingências possíveis e remotas representavam 60% e 28% respectivamente do valor total. O restante (8%) é classificado com mais de uma chance de perda, por exemplo, possível/provável. Carmo *et al.*, (2018) identificaram que o valor dos passivos contingentes é, em média, até 5,56 vezes maior do que o valor médio das provisões. Nesta pesquisa, o valor dos passivos contingentes é em média 19,9 vezes maior que o valor médio das provisões.

A Tabela 5 mostra o valor envolvido dos processos que possuem informação por ano. As médias e desvio padrão foram calculadas a partir dos processos que possuem informação do valor envolvido.

Tabela 5 - Valor envolvido por ano

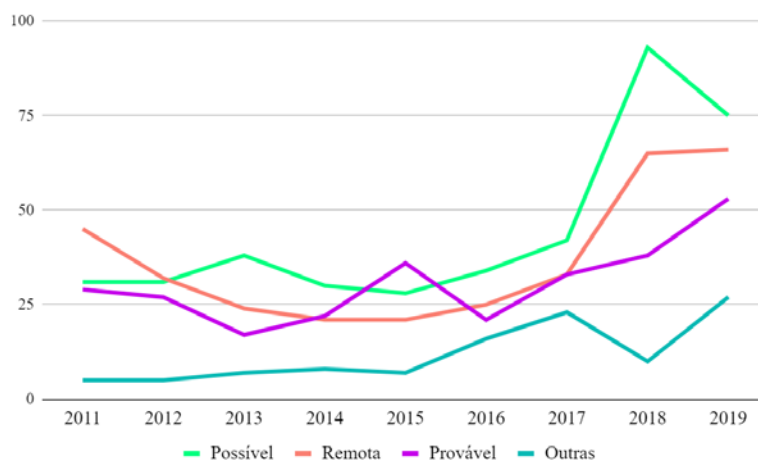
Ano	Soma	Média	Desvio padrão	Quant	Não informado	Total
2010	R\$ 16.005.305.710	R\$ 38.107.871	R\$ 149.960.750	420	100	520
2011	R\$ 39.498.178.368	R\$ 62.104.054	R\$ 298.946.333	636	36	672
2012	R\$ 32.199.557.745	R\$ 53.665.930	R\$ 421.613.055	600	107	707
2013	R\$ 9.632.362.439	R\$ 15.894.988	R\$ 77.436.922	606	106	712
2014	R\$ 24.098.833.480	R\$ 83.676.505	R\$ 311.837.661	288	96	384
2015	R\$ 42.791.024.039	R\$ 107.245.674	R\$ 419.950.279	399	50	449
2016	R\$ 61.178.766.068	R\$ 192.992.953	R\$ 1.314.438.003	317	46	363
2017	R\$ 93.593.985.384	R\$ 268.177.609	R\$ 970.999.638	349	86	435
2018	R\$ 100.209.578.483	R\$ 91.432.097	R\$ 575.647.648	1.096	253	1.349
2019	R\$ 363.355.158.744	R\$ 269.951.827	R\$ 1.289.754.031	1.346	296	1.642
Total	R\$ 782.562.750.460	R\$ 129.199.728	R\$ 792.402.534	6.057	1.176	7.233

Fonte: dados da pesquisa

É possível observar que o valor envolvido aumenta no decorrer dos anos, isso quer dizer que os processos estão sendo atualizados pelas empresas. O ano de 2019 possui o maior valor envolvido e a maior média, e o ano com menor valor envolvido e menor média foi 2013, que possui quantidade significativa de processos com valor envolvido informado (606) em comparação com os demais anos, principalmente de 2010 a 2017. A média de valor envolvido dos processos é de R\$129 milhões. Dos processos, 18% não possuem seu valor envolvido informado.

Para atendimento ao segundo objetivo específico da pesquisa, as chances de perdas dos processos foram monitoradas ano a ano, para obter maiores informações sobre suas mudanças. A Figura 2 evidencia quantas mudanças nas chances de perda ocorreram de 2011 a 2019 e para qual classificação as mudanças foram realizadas. Em 2010 não foi registrada nenhuma mudança, uma vez que é o ano base de análise. A classificação “Outras” indica quando a chance de perda do processo é alterada para duas ou mais classificações (remota/possível, remota/provável, remota/possível/provável e possível/provável).

Figura 2 - Mudanças nas chances de perda por ano



Fonte: dados da pesquisa

Houve um aumento significativo nas alterações das chances de perda a partir de 2018, sendo que o ano que mais houve mudanças nas chances de perda foi 2019, com 221 alterações, e, em seguida, 2018, com 206. A maior quantidade de alteração na chance de perda é realizada para possível totalizando 402 alterações, em seguida remota com 332 alterações e em terceiro lugar provável com 276 alterações. Esse resultado está alinhado com o primeiro objetivo da pesquisa, em que foi constatado que, através da avaliação e aplicação das probabilidades, com uso do julgamento, os auditores e contadores reconhecem maior quantidade de passivos contingentes.

A Tabela 6 mostra quantas alterações nas chances de perda ocorreram por tipo e para qual classificação as mudanças foram realizadas. A classificação “Outras” indica quando a chance de perda do processo é alterada para duas ou mais classificações (remota/possível, remota/provável, remota/possível/provável e possível/provável).

Tabela 6 - Mudanças nas chances de perda por tipo

Tipo	Possível	Remota	Provável	Outras	Total
Ambiental	41	23	10	8	82
Cível	136	138	110	25	409
Outros	63	47	33	6	149
Trabalhista	61	55	81	21	218
Tributário	101	69	42	48	260
Total	402	332	276	108	1.118

Fonte: dados da pesquisa

Observa-se com a Tabela 6 que os processos cíveis possuem maior quantidade de mudanças na chance de perda, representando 37% das alterações. A quantidade de alterações nas chances de perda de processos ambientais se apresenta significativa, considerando a quantidade de processos dessa natureza. Os processos tributários apresentaram menor quantidade de mudanças nas chances de perda, considerando a quantidade de processos. Os processos ambientais apresentaram menor incidência de alterações para o reconhecimento de provisões, apresentando-se 2,4 vezes abaixo da média. Enquanto os processos trabalhistas apresentaram incidência 2 vezes maior que a média no reconhecimento de provisões, ressaltando-se que a maioria das provisões são trabalhistas.

Tabela 7 - Alterações nas chances de perda de uma classificação para outra

Alteração	Quantidade
De possível para remota	234
De possível para provável	191
De remota para possível	190
De provável para possível	172
De provável para remota	83
De remota para provável	67
Demais alterações	181

Fonte: dados da pesquisa

Com a Tabela 7 é possível verificar maior incidência em processos que possuíam a classificação possível e foram alterados para remota. Em seguida, observamos quantidades de mudanças semelhantes nas alterações de possível para provável, remota para possível e provável para possível. De provável para remota e de remota para provável há menos incidência equiparado com as outras mudanças nas classificações, visto que um processo onde a chance de ocorrer é mínima, tem menos chances de se tornar provável, e vice-versa.

Considerando o último objetivo específico da pesquisa, para mensurar os efeitos no resultado e no patrimônio das companhias com a reclassificação das contingências possíveis e remotas para prováveis, estas foram reclassificadas a partir de 5 cenários, sendo que cada cenário representa o reconhecimento de uma proporção das contingências possíveis e remotas no resultado das companhias, tal como se houvesse uma reavaliação para a classificação provável. Na Tabela 8 foram diminuídas as contingências possíveis e remotas do lucro líquido das empresas e depois foi feita a média do lucro líquido, após o ajuste, a partir de cada cenário. A coluna “LL” indica a média do lucro líquido das empresas antes da reclassificação.

Tabela 8 - Média do lucro líquido após a reconfiguração (em milhares de reais)

Ano	LL	Otimista (20%)	Parc. otimista (40%)	Moderado (60%)	Parc. pessimista (80%)	Pessimista (100%)
2010	R\$ 795.049	R\$ 560.089	R\$ 325.128	R\$ 90.167	-R\$ 144.794	-R\$ 379.754
2011	R\$ 807.938	R\$ 456.051	R\$ 104.164	-R\$ 247.723	-R\$ 599.610	-R\$ 951.497
2012	R\$ 526.588	R\$ 256.775	-R\$ 13.038	-R\$ 282.851	-R\$ 552.664	-R\$ 822.476
2013	R\$ 288.176	R\$ 35.909	-R\$ 216.358	-R\$ 468.625	-R\$ 720.892	-R\$ 973.159
2014	R\$ 181.861	-R\$ 133.954	-R\$ 449.770	-R\$ 765.585	-R\$ 1.081.400	-R\$ 1.397.215
2015	-R\$ 99.578	-R\$ 760.747	-R\$ 1.421.916	-R\$ 2.083.085	-R\$ 2.744.254	-R\$ 3.405.423
2016	R\$ 253.259	-R\$ 315.498	-R\$ 884.255	-R\$ 1.453.012	-R\$ 2.021.768	-R\$ 2.590.525
2017	R\$ 291.326	-R\$ 309.557	-R\$ 910.440	-R\$ 1.511.323	-R\$ 2.112.206	-R\$ 2.713.089
2018	R\$ 843.668	R\$ 179.309	-R\$ 485.049	-R\$ 1.149.408	-R\$ 1.813.766	-R\$ 239.870
2019	R\$ 1.197.900	R\$ 360.422	-R\$ 477.056	-R\$ 1.314.534	-R\$ 2.152.012	-R\$ 2.989.490

Fonte: dados da pesquisa

Diante os dados da Tabela 8, constata-se como as reclassificações afetam substancialmente o resultado líquido das empresas de acordo com cada cenário. Podemos ver que, em todos cenários, houve impacto significativo no resultado das companhias, o que mostra como o lucro das companhias seriam afetados caso os passivos contingentes fossem reconhecidos como provisões.

Em 2019, considerando que 20 companhias não apresentaram contingências, no cenário otimista, 70% das empresas reduziram seu resultado em no máximo um quarto, porém, 23 empresas teriam seus resultados afetados mais de 100%. No cenário moderado, passa para 37 a quantidade de empresas que teriam seus resultados afetados em mais de 100%. O montante das contingências passivas em 2019 representa 360% do total do resultado líquido (lucro/prejuízo) das companhias. Com a reclassificação no cenário pessimista, 42 empresas que apresentaram lucro passaram a ter prejuízo, destas, 13 empresas que tiveram lucro maior que R\$ 1 bilhão apresentaram prejuízo com a reclassificação. A Petrobras apresentou um lucro de R\$ 40 bilhões em 2019, com a reclassificação, surgiria um prejuízo de R\$ 140,7 bilhões. Na Tabela 9 foram diminuídas as contingências possíveis e remotas do patrimônio líquido das empresas e depois foi feito a média a partir de cada cenário. A coluna "PL" indica a média do patrimônio líquido das companhias antes da reclassificação.

Tabela 9 - Média do patrimônio líquido após a reconfiguração (em milhares de reais)

Ano	PL	Otimista (20%)	Parc. otimista (40%)	Moderado (60%)	Parc. pessimista (80%)	Pessimista (100%)
2010	R\$ 6.988.188	R\$ 6.756.471	R\$ 6.521.511	R\$ 6.286.550	R\$ 6.051.589	R\$ 5.816.628
2011	R\$ 7.363.682	R\$ 7.011.795	R\$ 6.659.908	R\$ 6.308.021	R\$ 5.956.134	R\$ 5.604.246
2012	R\$ 7.342.593	R\$ 7.075.713	R\$ 6.808.833	R\$ 6.541.953	R\$ 6.275.073	R\$ 6.008.193
2013	R\$ 7.189.446	R\$ 6.939.807	R\$ 6.690.168	R\$ 6.440.528	R\$ 6.190.889	R\$ 5.941.250
2014	R\$ 6.886.530	R\$ 6.570.715	R\$ 6.254.899	R\$ 5.939.084	R\$ 5.623.269	R\$ 5.307.454
2015	R\$ 6.354.198	R\$ 5.693.029	R\$ 5.031.860	R\$ 4.370.691	R\$ 3.709.522	R\$ 3.048.353
2016	R\$ 5.496.987	R\$ 4.945.293	R\$ 4.393.599	R\$ 3.841.905	R\$ 3.290.211	R\$ 2.738.517
2017	R\$ 6.740.802	R\$ 6.145.928	R\$ 5.551.054	R\$ 4.956.180	R\$ 4.361.305	R\$ 3.766.431
2018	R\$ 7.288.627	R\$ 6.621.135	R\$ 5.957.124	R\$ 5.293.113	R\$ 4.629.101	R\$ 4.077.658
2019	R\$ 7.267.008	R\$ 6.428.727	R\$ 5.591.249	R\$ 4.753.771	R\$ 3.916.293	R\$ 3.078.815

Fonte: dados da pesquisa

A Tabela 9 mostra os efeitos sobre o patrimônio líquido das empresas. Pode-se considerar que o patrimônio líquido das companhias se apresenta, em média, estável. Em nenhum cenário e em nenhum ano o valor da média do patrimônio

líquido foi negativo Mesmo sem apresentar resultados, em média negativos, em 2019, com a reclassificação das contingências, no cenário pessimista, foi reduzido em média 53% do patrimônio líquido das companhias. Neste ano, 18 empresas possuem um patrimônio líquido acima da média, enquanto 12 empresas apresentam um passivo a descoberto. Com a reclassificação, 15 companhias que possuem um patrimônio líquido positivo, passariam a ter um passivo a descoberto.

Para verificar se os efeitos causados na situação financeira das companhias são representativos, foi realizado o teste de hipótese de diferenças de médias, no qual foram elaboradas hipóteses para serem testadas. A Hipótese 0 indica que a reclassificação das contingências não produz alterações significativas para as empresas, a Hipótese 1 indica que a reclassificação produz alterações significativas para as companhias. Foi considerado 5% de significância, então, para não rejeitar a Hipótese 1, o “p-valor” deve ser inferior a “0,05”.

Apesar da diferença das médias ser diferente em cada um dos cenários, o desvio padrão aumenta proporcionalmente à diferença das médias, por essa razão, é apresentado um resultado para cada ano, levando em consideração que o resultado dos testes é o mesmo nos 5 cenários.

Tabela 10 - Teste de hipótese de diferença de médias

Ano	LL p-valor	PL p-valor
2010	0,0224	0,0240
2011	0,0094	0,0094
2012	0,0013	0,0013
2013	0,0011	0,0011
2014	0,0003	0,0003
2015	0,0100	0,0100
2016	0,0040	0,0248
2017	0,0103	0,0129
2018	0,0253	0,0248
2019	0,0130	0,0129

Fonte: dados da pesquisa

Os testes apontaram um “p-valor” inferior a 0,05 em todos os anos, tanto sobre o lucro líquido quanto sobre o patrimônio líquido. Com isso, se rejeita a Hipótese 0 e não se rejeita a Hipótese 1, o que indica que o reconhecimento de passivos contingentes como provisões prováveis é significativo para as companhias. A Tabela 11 indica as 10 empresas que mais seriam impactadas com o reconhecimento de passivos contingentes para provisões.

Tabela 11 - Empresas mais impactadas com a reclassificação das contingências possíveis e remotas

Empresas	Valor envolvido
PETROBRAS	R\$ 346.883.232.386
SABESP	R\$ 76.761.437.100
AMBEV	R\$ 40.465.300.000
ELETROBRAS	R\$ 37.664.830.227
CESP	R\$ 23.669.516.055
CPFL PIRATIN	R\$ 23.278.826.000
CEMIG	R\$ 14.029.300.262
AMPLA ENERG	R\$ 13.368.422.052
COPEL	R\$ 10.868.607.518
STATKRAFT	R\$ 10.863.432.346

Fonte: dados da pesquisa

Os dados da Tabela 11 sugerem o montante das contingências remotas e possíveis das dez empresas que mais seriam impactadas com a reclassificação das contingências. A companhia que apresenta maior valor envolvido em passivos

contingentes é a Petrobras, com um total de R\$346,9 bilhões, e com a reclassificação, o impacto causado no seu resultado é bastante significativo. O setor que se destaca referente às empresas mais impactadas com a reclassificação é o setor de utilidade pública, que possui 8 das 10 empresas com maior valor envolvido de contingências possíveis e remotas.

5. CONCLUSÕES

O objetivo desta pesquisa foi descrever e analisar as características das provisões e dos passivos contingentes e o reflexo da reconfiguração das contingências nas empresas brasileiras listadas na Brasil, Bolsa e Balcão (B3). A análise é feita nos anos de 2010 e 2019. O primeiro objetivo específico foi analisar as características das provisões e passivos contingentes. Por meio da análise foi encontrado maior incidência em processos cíveis e tributários (32% e 31%), sendo que os tributários possuem mais do que o dobro de valor envolvido do que os processos cíveis.

Os processos com menor incidência são os de natureza ambiental, representando apenas 4% do total. Foi constatado que, das contingências ambientais possíveis e prováveis, 39% não possuem seu valor envolvido informado. A teoria do *disclosure*, prevê que companhias que possuem um bom desempenho ambiental evidenciam os impactos causados e estão dispostas a divulgar suas atividades ambientais. Entende-se que quando se trata de informações sobre provisões e passivos contingentes ambientais, as empresas aparentemente não divulgam essas informações, o que indica falta de transparência sobre os impactos causados ao meio ambiente.

As empresas estão envolvidas em processos judiciais que somam R\$782,6 bilhões e as provisões que já foram reconhecidas nos demonstrativos das empresas representam apenas 4% desse valor. O valor dos passivos contingentes é em média 19,9 vezes maior do que o valor médio das provisões. Da amostra, 19% das companhias não possuem provisões. Essa constatação acaba acarretando dúvidas nas divulgações realizadas pelas empresas, uma vez que se tratam de grandes companhias com muitos processos que geram saídas significativas de recursos. Além disso, pode indicar que as companhias dão preferência para reconhecimento de passivos contingentes, conhecidos como *off balance-sheet*, visto que as provisões prováveis afetam diretamente os resultados e os patrimônios.

Das contingências possíveis e provisões, 16% não possuem seu valor envolvido informado, e 10% não possuem o ano que foi firmado informado. As normas preveem que sejam divulgadas informações suficientes para permitir que os usuários entendam sua natureza, oportunidade e valor. Assim, questiona-se que algumas empresas não evidenciam suas provisões e contingências de forma transparente e fidedigna, o que pode prejudicar a tomada de decisão dos usuários externos.

Em relação ao segundo objetivo específico, analisar as mudanças nas chances de perda dos processos das empresas realizadas ao longo do tempo, foram registradas na análise 1.118 alterações. Foi evidenciado que a maioria das mudanças nas chances de perda são realizadas para possível, em seguida remota e em terceiro provável. Ou seja, a maioria das alterações são realizadas para o reconhecimento de passivos contingentes. Esse resultado está alinhado com o que foi constatado no primeiro objetivo da pesquisa, por meio da interpretação das probabilidades de ocorrência, havendo destaque no reconhecimento de contingências possíveis e remotas.

Sobre o terceiro objetivo específico, para identificar o impacto dessas contingências nos resultados das companhias, todos os passivos contingentes das empresas foram classificados para provisões prováveis. Para verificar se os efeitos causados na situação financeira das companhias são representativos, foi realizado o teste de hipótese de diferenças de médias. Os resultados apontaram que em todos os anos e em todos os cenários, a reclassificação das contingências passivas para provisões gera impacto significativo no resultado e patrimônio líquido das companhias. O resultado dessa pesquisa corrobora com os estudos de Carmo *et al.* (2018), Jesus e Souza (2016), Losekann *et al.* (2016) e Rosa (2014) que reconfiguraram os passivos contingentes para analisar o impacto que seria causado com a reclassificação. Foi evidenciado que a redução no resultado das empresas, mesmo no cenário otimista, é bastante representativa.

Com essa pesquisa, pode-se observar que a reclassificação das contingências causaria impacto significativo no resultado das empresas. Isso justifica os resultados apontarem pouca evidência de provisões, visto que seu reconhecimento altera os resultados da entidade, e, conseqüentemente, a valoração da companhia e percepção dos usuários externos. Logo, os usuários devem considerar na realização da análise das demonstrações que, através da interpretação das probabilidades de ocorrência, as despesas e os passivos das companhias podem estar subavaliados. Com isso, percebe-se que provisões e contingências devem ser evidenciadas corretamente, para mostrar a real situação financeira e desempenho econômico da companhia.

A partir deste trabalho, as próximas pesquisas poderão analisar o impacto das reclassificações das provisões e passivos contingentes nos indicadores econômico-financeiros de empresas brasileiras. Além disso, futuras pesquisas podem investigar o possível gerenciamento de resultados referentes às provisões e examinar se a reclassificação de provisões pode causar quebra de covenants contratuais.

6. REFERÊNCIAS

Abdo, H., Mangena, M., Needham, G., & Hunt, D. (2018). Disclosure of provisions for decommissioning costs in annual reports of oil and gas companies: A content analysis and stakeholder views. In *Accounting forum* (Vol. 42, No. 4, pp. 341-358).

Baldoino, E., & Borba, J. A. (2015). Passivos contingentes na bolsa de valores de Nova York: uma análise comparativa entre as empresas estrangeiras. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 9(23), 58-81. <https://doi.org/10.11606/rco.v9i23.68395>

- Borba, J. A.; Rosa, C. A.; Ferreira, D. D. M.. (2013). *The visibility (or invisibility) of environmental contingencies in foreign companies: first notes*. In American Accounting Association International Meeting 2013.
- Bouças, C. (2020, 14 fevereiro). Ao comentar queda nas vendas, Grendene admite “erro em alguns projetos”. *Valor Econômico, Empresas*. Recuperado de <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/02/14/ao-comentar-queda-nas-vendas-grendene-admite-erro-em-alguns-projetos.ghtml>
- Burgwal, D. V., & Vieira, R. J. O. (2014). Environmental disclosure determinants in Dutch listed companies. *Revista Contabilidade & Finanças*, 25(64), 60-78.
- Carmo, C. H. S., Ribeiro, A. M., & Mesquita, K. M. P. (2018). Impacto da reconfiguração dos passivos contingentes no desempenho financeiro: Uma análise nas empresas brasileiras do setor de energia elétrica. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 37(1), 91-109. <https://doi.org/10.4025/enfoque.v37i1.34183>
- Du, N., Mindak, M. P., Whittington, R., & McEnroe, J. E. (2020). The Effects of Ambiguity on Loss Contingency Evaluation by Auditors and Investors. *Behavioral Research in Accounting*, 32(1), 135-147.
- Farias, M. R. S. (2004). *Divulgação do passivo: um enfoque sobre o passivo contingente no setor químico e petroquímico brasileiro* (Doctoral dissertation).. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-09012006-121101/en.php>
- Ferreira, J. da S., & Rover, S. (2019). An analysis of the relevant lawsuits in Brazilian companies: characteristics that influence the change in the probability of loss provision and contingent liabilities. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 13, e155596-e155596. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2019.155596>
- Ferreira, J. D. S., Carvalho, A. D., Grings, A. L., & Rover, S. (2017). Provisões e Contingências Passivas: Mudança de Status da Chance de Perda dos Processos de Empresas Brasileiras. In *USP International Conference in Accounting, São Paulo, SP, Brasil* (Vol. 17).
- Freire, M. D.; Machado, M. R. R., Machado, L. S., Souza, E. S., & de Oliveira, J. J. (2012). Aderência às normas internacionais de contabilidade pelas empresas brasileiras. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 6(15), 3-22.
- Gil, A. C (1991). *Como elaborar projetos de pesquisa: Antônio Carlos Gil*. São Paulo: Atlas.
- International Accounting Standards 37 (2001). Provisions Contingent Liabilities and Contingent Assets. Recuperado de <https://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/ias-37-provisions-contingent-liabilities-and-contingent-assets/>
- Jesus, S. S., & Souza, M. M. de (2016). Impacto do reconhecimento dos passivos contingentes na situação econômica das empresas brasileiras auditadas pelas big four. *Revista de Contabilidade da UFBA*, 10(2), 43-63. <http://dx.doi.org/10.9771/rc-ufba.v10i2.15287>
- Losekann, V. L., Pereira, R. C., Lenhart, E. D. R., & Lobler, M. L. (2016). Uma análise de operações financeiras off-balance: com ênfase nas contingências passivas de empresas listadas nos níveis de governança corporativa da BM&FBovespa. In *Congresso Brasileiro de Contabilidade* (Vol. 20).
- Machado, J. (2017 maio 15). Cedaee reverte lucro e tem prejuízo de R\$ 17 milhões no 1º trimestre. *Valor Econômico, Empresas*. Recuperado de <http://www.valor.com.br/empresas/4968846/cedaee-reverte-lucro-e-tem-prejuizo-de-r-17-milhoes-no-1-trimestre>
- Nukka, A., & Noorväli, H. (2020). Recognition Of Provisions And Their Impact On Capital Structure And Profitability. *Economy & Business Journal*, 14(1), 282-290.
- Pronunciamento Técnico Comitê de Pronunciamentos Contábeis 25, de junho de 2009. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Recuperado de <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?id=56>
- Poeta, F. Z. (2012). Julgamento relacionado às contingências: mensuração e análise das expressões verbais de probabilidades relativas ao passivo contingente. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, SC, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/100651>
- Resolução Conselho Federal de Contabilidade n. 1.055, de outubro de 2005. Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e dá outras providências. Recuperado de <http://www.cpc.org.br/CPC/CPC/Regimento-Interno>
- Richardson, R. J. (1991). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas.
- Rosa, C. A. D. (2014). Panorama e reconfiguração das contingências passivas no Brasil. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, SC, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/129202>
- Rostás, R. (2017, maio 10). Gerdau reverte passivo e lucro salta no primeiro trimestre. *Valor Econômico, Empresas*. Recuperado de <http://www.valor.com.br/empresas/4957138/gerdau-reverte-passivo-e-lucro-salta-no-primeiro-trimestre>
- Suave, R., Codesso, M. M., de Moraes Pinto, H., Vicente, E. F. R., & Lunke, R. J. (2013). Divulgação de Passivos Contingentes nas empresas mais líquidas da BM&FBovespa. *Revista da UNIFEPE*, 1(11).
- Suer, A. Z. (2014). The Recognition of Provisions: Evidence from BIST100 Non-financial Companies. *Procedia Economics and Finance*, 9, 391-401.
- Torres, F.; Carrança, T. (2017, maio 10). Companhias revertem R\$ 2 bi com base menor do PIS/Cofins. *Valor Econômico, Empresas*. Recuperado de <http://www.valor.com.br/empresas/4963260/companhias-revertem-r-2-bi-com-base-menor-do-piscofins>
- Tsakumis, G. T. (2007). The influence of culture on accountants' application of financial reporting rules. *Abacus*, 43(1), 27-48.
- Verrecchia, R. E. (2001). Essays on disclosure. *Journal of accounting and economics*, 32(1-3), 97-180.